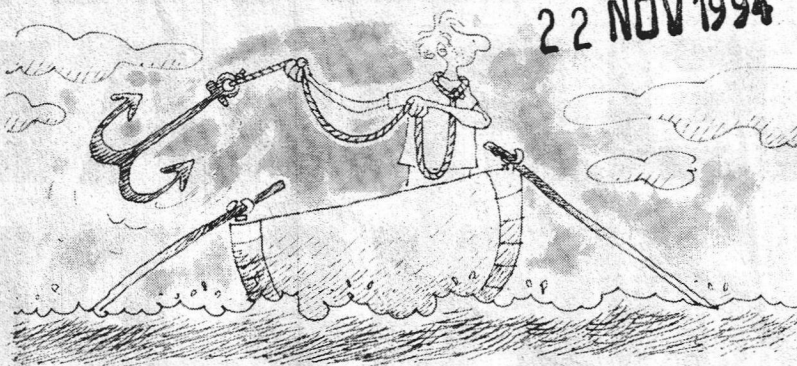


Afundar com a âncora

ROLF KUNTZ

JORNAL DA TARDE

22 NOV 1994



O GOVERNO ESTÁ POUCO LIGANDO PARA O EMPREGO, A JULGAR PELA POLÍTICA DE COMÉRCIO EXTERIOR.

Uma porção de trabalhadores pode ir para o fundo com a âncora cambial. O governo está pouco ligando para o emprego, a julgar pela política de comércio externo. Se a orientação não mudar, o primeiro governo social-democrata do Brasil poderá ser mais desastroso, para os assalariados, que o mais ortodoxo liberalismo. A idéia de exportar empresas, mencionada num encontro de tecnocratas com empresários, pode ter sentido numa economia em rápida expansão, com salários elevados e grandes custos criados pela política ambiental. No Brasil de hoje, ou é ameaça ou humor negro. Na Grande São Paulo, com cerca de 1,1 milhão de desempregados, a mera referência a uma política desse tipo soa como acinte. Isso deve ficar bem claro: se houver transferência de empresas para outros países, isso ocorrerá como consequência previsível de uma política. Até agora, atos e palavras mostram uma equipe econômica disposta a assumir (ou antes, a impor) esse custo.

Uma coisa é abrir a economia, eliminar o excesso de proteção e forçar a empresa a se tornar mais competitiva. Muito diferente é abrir o mercado, manter o juro alto, cortar a demanda interna e criar de um momento para outro, só para começar, uma valorização cambial superior a 20%. O desajuste, é bom lembrar, não começou com o real. Mesmo tendo mudado a base de cálculo e a cesta de moedas relevantes, a Funcex (Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior) continuou a mostrar desacerto cambial ainda no tempo da URV. Em setembro,

o desacerto em relação ao dólar chegou a 36,4%, considerando-se como base o biênio 1991/92. Em relação ao conjunto das 13 moedas mais importantes para o comércio brasileiro, o atraso era de 32,3%. Mudando-se a base para junho, e considerando só o período do real, as taxas eram menores, mas nem de longe desprezíveis: 26,2% e 23,3%, respectivamente. Em outubro e novembro, continuaram a crescer. Valorização cambial, para quem não sabe, significa importação barateada e exportação encarecida. Ajuda a conter os preços, mas tende a minar o poder de competição do produtor nacional. Além de certo ponto, tende resultar em destruição de indústrias e de empregos, porque não há ganho de produtividade suficiente para compensar a desvantagem, num prazo razoável.

Este é o ponto. Além de livrar o exportador da Cofins e do PIS/Pa-

sep, o governo nada fez para sustentar as vendas ao Exterior. Essas mesmas contribuições incidem nas etapas anteriores da produção. Isso também ocorre com os demais tributos, e um dos mais pesados, o ICMS, ainda incide nas exportações de primários e de semi-elaborados. Isso não ocorre em nenhum país com algum peso no comércio internacional.

A revista **Sinorama**, editada em Taiwan, traz na edição de outubro uma reportagem sobre fechamento de indústrias e exportação de empresas. Virou moda, há algum tempo, não só investir na China continental, mas também transferir fábricas para lá. Uma foto de três moças numa indústria da China Popular aparece com a seguinte legenda: "As jovens chinesas, de mãos e olhos rápidos, trabalhadoras e dóceis, são iguais às garotas de Taiwan de alguns anos atrás." Para onde

vão os desempregados taiwaneses? "Muitos", conta a reportagem, "vão para empresas médias ou pequenas, ou montam negócios familiares, que são muito menos estáveis e com menos proteção. Há muitos casos de pessoas que trabalharam 10 ou 20 anos numa empresa e que, uma vez sem emprego, se tornam itinerantes contínuos, incapazes de fixar-se num trabalho." Nas empresas menores, informa ainda a revista, os trabalhadores passam a ganhar menos do que antes, recomeçando a vida profissional com o mínimo de direitos.

A idéia de eliminar o superávit comercial para manter um déficit em contas-correntes de uns 3% do PIB, como forma de captar poupança externa, pode parecer luminosa à primeira vista. Mas é arriscada e pode ser desastrosa. Dependendo de capital especulativo para fechar o balanço de pagamentos, como vêm fazendo mexicanos e argentinos, é deixar milhares de empresas e milhões de trabalhadores na dependência dos humores de quem não tem, nem poderia ter, nenhum compromisso com o Brasil e com os planos de seu governo. Um grande aumento repentino dos juros externos, como ocorreu em 1979, pode arrebentar o País. O risco é multiplicado quando a política amplia os obstáculos à exportação.

O AUTOR

Rolf Kuntz é prof. do Departamento de Filosofia da USP e jornalista de O Estado de S. Paulo

